

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Processo Administrativo Nº 010/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL MATERNIDADE (20 ITENS) COMO BENEFÍCIO EVENTUAL PARA DOAÇÃO ÀS MÃES HIPOSSUFICIENTES ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS / SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ – PA

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Órgão/Entidade:	Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá – Estado do Pará
Unidade Demandante:	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
Responsável pela Demanda:	Secretário(a) Municipal de Assistência Social
CNPJ da Secretaria:	18.257.928/0001-11
Programa de Trabalho:	Proteção Social Básica – Benefícios Eventuais / Assistência Social
Fonte de Recurso:	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS / Cofinanciamento SUAS / Rec. Próprios
Data de Elaboração:	Abril de 2026
Elaborado por:	Agente de Contratação – Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá - PA
Modalidade Proposta	PREGÃO ELETRÔNICO – art. 6º, inciso XLI, e art. 29, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019.
Grau de Prioridade da Contratação	Prioridade Alta (Benefício Eventual de assistência imediata)

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Documento de Formalização de Demanda tem por objetivo formalizar a necessidade de aquisição de Kit Enxoval Maternidade, composto por 20 (vinte) itens de uso infantil e materno, destinados à doação como Benefício Eventual às mães em situação de hipossuficiência econômica e vulnerabilidade social, atendidas pelos programas e serviços socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do Município de Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará.

O objeto está organizado em LOTE ÚNICO, conforme Mapa de Apuração de Preços datado de 30/04/2026, com os seguintes itens, quantidades e valores estimados, apurados mediante pesquisa de mercado em portais públicos de compras (Painel de Preços, Comprasgov, BLL, PNCP, CGU-NFe, BNC, TCM-PA, Licitar.net e similares):

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTD	Preço dos itens do kit	Quant. de kits	Preço do kit	VL. TOTAL
01	CAMISETA – Pacote com 03 (três) unidades, em tecido algodão, nas cores rosa e azul.	PCT	300		300		
02	BODY/MACAQUINHO – Manga curta para recém-nascido, em algodão, nas cores branco, amarelo, verde, rosa e azul.	KIT	300				
03	CONJUNTO TOUCA, LUVA E SAPATO – Em tecido algodão, nas cores neutras ou variadas.	PCT	300				
04	FLANELA/CUEIRO – Pacote com 03 (três) unidades, nas cores neutras.	PCT	300				
05	FRALDA DE PANO – Tecido duplo, 100% algodão, pacote com 05 (cinco) unidades, coloridas.	PCT	300				
06	KIT DE CABELO – Escova de cerdas macias + pente com pontas arredondadas, nas cores variadas.	KIT	300				
07	KIT SAÍDA MATERNIDADE – Mínimo: manta e macacãozinho, em tecido algodão, nas cores variadas.	KIT	300				
08	LAVANDA (Baby Colônia sem álcool) – Embalagem mínima de 100 ml.	UND	300				
09	LENÇO UMEDECIDO – Embalagem plástica com 96 (noventa e seis) lenços.	UND	300				
10	MANTA – Em tecido algodão, nas cores branco, amarelo, verde, rosa e azul.	UND	300				
11	MEIA PARA RECÉM-NASCIDO – Em algodão (mínimo 78%), poliâmida e elastano, pacote com 03 unidades, cores variadas.	PCT	300				
12	POMADA PARA ASSADURA – Para tratamento e prevenção, 30 g, dermatologicamente testada.	UND	300				
13	TOALHA FELPUDA COM CAPUZ – Medida mínima de 50 cm x 70 cm, nas cores variadas.	UND	300				
14	FRALDA DESCARTÁVEL – Tamanho P, pacote com no mínimo 18 (dezoito) unidades.	PCT	300				
15	ALGODÃO – Tipo quadrado ou disco, embalagem com no mínimo 50 unidades.	PCT	300				
16	SABONETE INFANTIL – Em barra, peso mínimo 90 g, produzido à base de glicerina.	UND	300				
17	BANHEIRA PLÁSTICA – Nas cores branco, amarelo, verde, rosa ou azul, capacidade mínima de 20 litros.	UND	300				
18	BOLSA – Tamanho grande, medidas mínimas 32 cm x 22 cm x 16 cm.	UND	300				
19	MIJÃO (calça para bebê) – Em tecido algodão, pacote com 03 unidades com punho, nas cores rosa e azul.	PCT	300				
20	CARRINHO DE BEBÊ – Modelo a definir conforme especificação técnica do Edital.	UND	300				
TOTAL							

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Contextualização Social

O Município de Santo Antônio do Tauá, localizado na Mesorregião Metropolitana de Belém, Estado do Pará, apresenta expressivo contingente de famílias em situação de vulnerabilidade social e pobreza. A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e demais equipamentos do SUAS, presta serviços socioassistenciais à população em situação de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento de gestantes e mães com recém-nascidos.

A concessão de Benefícios Eventuais na forma de provimento de bens materiais constitui política pública legalmente prevista e regulamentada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, tendo como finalidade a provisão de necessidades humanas básicas decorrentes de contingências sociais como o nascimento, em atendimento ao art. 22 da Lei nº 8.742/1993 (LOAS) e ao Decreto Federal nº 6.307/2007.

3.2 Justificativa Técnica

- Atendimento às mães hipossuficientes em situação de vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico e acompanhadas pela SEMAS, garantindo condições mínimas de cuidado com o recém-nascido;
- Cumprimento do dever constitucional de proteção à maternidade e à infância (art. 6º e art. 227 da Constituição Federal/1988) e do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88);
- Cumprimento das disposições do art. 22 da LOAS (Lei nº 8.742/1993, com redação dada pela Lei nº 12.435/2011) e do Decreto Federal nº 6.307/2007, que regulamentam os Benefícios Eventuais;
- Observância das Resoluções CNAS nº 39/2010, 212/2006 e 107/2008, que disciplinam os Benefícios Eventuais no âmbito do SUAS;
- Ausência de estoque desses materiais no almoxarifado da SEMAS, tornando indispensável a aquisição por procedimento licitatório;
- Demanda identificada pelas equipes técnicas do CRAS e da SEMAS com base em levantamento do público-alvo e dados do Cadastro Único;
- Contribuição para os indicadores do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGDSUAS.

3.3 Estimativa de Demanda

A estimativa de 300 (trezentos) kits foi definida com base no histórico de atendimentos realizados pela SEMAS nos últimos 12 (doze) meses, na demanda reprimida identificada pelas equipes técnicas dos equipamentos socioassistenciais e na projeção de nascimentos de mães em situação de vulnerabilidade social no município. Cada Kit Enxoval será composto pelos 20 (vinte) itens especificados, entregue individualmente a cada mãe contemplada mediante comprovação das condições de hipossuficiência, por meio de Declaração de Necessidade e inserção no CadÚnico, conforme critérios a serem estabelecidos em Regulamentação Municipal dos Benefícios Eventuais.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 Licitações e Contratações Públicas

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: arts. 6º (XXI), 11, 12 (IV), 18 (§§ 1º a 3º), 23, 29 (I), 40, 75 (II), 82 a 86, 107, 117 e 119;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 – fases do planejamento de contratações de bens e serviços;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 – Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC);
- Decreto Federal nº 10.024/2019 – regulamenta o Pregão Eletrônico;
- AGU/CGU/SEGES – Guia Prático para Contratação de Bens e Serviços (2023): DFD, ETP e TR;
- Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário: necessidade de planejamento prévio e formalização da demanda;
- Acórdão TCU nº 1.545/2014 – Plenário: obrigatoriedade de estudos preliminares e estimativa de quantitativos;
- Acórdão TCU nº 2.170/2004 – Plenário: parâmetros de pesquisa de preços para aquisições públicas;
- Acórdão TCU nº 1.995/2007 – Plenário: orientações sobre parcelamento do objeto;
- TCU – Cartilha de Licitações e Contratos: boas práticas em aquisições públicas.

4.2 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

- Constituição Federal/1988 – arts. 6º, 194, 203 e 204: assistência social como direito e política pública;

- Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, arts. 1º, 2º, 22 e 22-A: Benefícios Eventuais como direito do cidadão;
- Lei Federal nº 12.435/2011 – disciplina o SUAS e altera a LOAS;
- Decreto Federal nº 6.307/2007 – regulamenta os Benefícios Eventuais do art. 22 da LOAS;
- Resolução CNAS nº 145/2004 – Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
- Resolução CNAS nº 33/2012 – Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012;
- Resolução CNAS nº 39/2010 – reordenamento dos Benefícios Eventuais no SUAS;
- Resolução CNAS nº 212/2006 – critérios orientadores para regulamentação e gestão dos Benefícios Eventuais;
- Resolução CNAS nº 107/2008 – regulamentação do art. 22 da LOAS (Benefícios Eventuais);
- Resolução CNAS nº 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Lei Orgânica Municipal de Assistência Social e Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social que regulamenta os Benefícios Eventuais em Santo Antônio do Tauá.

4.3 Proteção da Maternidade e da Primeira Infância

- Constituição Federal/1988 – art. 227: dever do Estado de assegurar com absoluta prioridade os direitos da criança;
- Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): proteção integral à criança desde o nascimento;
- Lei Federal nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância: prioridade às políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos;
- Lei Federal nº 11.346/2006 – LOSAN: direito humano à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Requisitos Técnicos Gerais dos Itens

- Todos os itens devem ser novos, de primeiro uso e sem defeitos de fabricação;
- Atendimento às normas técnicas da ABNT e regulamentos da ANVISA, quando aplicável (itens cosméticos e de higiene);

- Materiais têxteis: composição mínima de algodão conforme especificado em cada item;
- Itens cosméticos (colônia Baby, pomada para assadura, sabonete infantil): registrados ou notificados na ANVISA, com validade mínima de 12 meses a partir da entrega;
- Embalagens íntegras, limpas, identificadas e com prazo de validade visível (quando aplicável);
- Carrinho de bebê (item 20): certificação obrigatória do INMETRO e atendimento às normas de segurança NBR vigentes;
- Itens de plástico e borracha: livres de BPA (Bisfenol A) e substâncias tóxicas, conforme legislação da ANVISA;
- Entrega com itens devidamente organizados e identificados, para facilitar a conferência e distribuição;
- Cada kit deverá ser acondicionado na bolsa (item 18), contendo os demais 19 itens.

5.2 Condições de Entrega

- Local de entrega: almoxarifado da SEMAS ou local indicado pela Secretaria no Município de Santo Antônio do Tauá/PA;
- Prazo de entrega: conforme definido no Termo de Referência, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após cada Ordem de Fornecimento;
- Frete e transporte: por conta do fornecedor, incluído no preço ofertado;
- Entrega parcelada ou integral, conforme conveniência da Administração.

5.3 Habilitação do Fornecedor

- Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;
- Atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de produtos similares em quantidades compatíveis;
- Regularidade perante os órgãos fiscalizadores e ausência de penalidades que impeçam a contratação.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Metodologia de Estimativa de Preços

Os preços foram estimados conforme Mapa de Apuração de Preços de 30/04/2026, mediante pesquisa de mercado realizada em portais públicos de compras, em atendimento ao art. 23

da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. O valor unitário de referência de cada item corresponde à Média Aritmética dos preços encontrados nas seguintes fontes: Painel de Preços (Governo Federal), Comprasgov, BLL Compras, PNCP, CGU-NFe, BNC, TCM-PA, Licitar.net e similares.

6.2 Previsão Orçamentária

Unidade Orçamentária:	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
Programa de Trabalho:	Proteção Social Básica – Benefícios Eventuais
Elemento de Despesa:	3.3.90.30 – Material de Consumo / 3.3.90.32 – Material de Distribuição Gratuita
Fonte de Recursos:	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS / Cofinanciamento Federal SUAS / Rec. Próprios
Exercício Financeiro:	2026

7. MODALIDADE LICITATÓRIA SUGERIDA E FORMA DE CONTRATAÇÃO

- PREGÃO ELETRÔNICO – art. 6º, inciso XLI, e art. 29, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019, por ser modalidade preferencial para aquisição de bens e serviços comuns;

8. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Após análise técnica, optou-se pela CONTRATAÇÃO EM LOTE ÚNICO pelos seguintes fundamentos:

- A composição do kit exige que todos os 20 itens sejam entregues conjuntamente a cada beneficiária, inviabilizando a entrega fracionada por item;
- A unificação em lote único reduz os custos administrativos de múltiplos processos licitatórios e facilita o controle de qualidade e a fiscalização;
- O lote único permite ao fornecedor maior margem para oferta de preços mais competitivos em razão do volume;
- Permite maior rastreabilidade e controle individualizado da distribuição dos Benefícios Eventuais;
- Conformidade com o Acórdão TCU nº 1.995/2007 – Plenário, que orienta o parcelamento apenas quando técnica e economicamente viável e não implique perda de economicidade.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP detalhará a análise de viabilidade do parcelamento, conforme exigido pelo art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

9. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Em atendimento ao art. 11, inciso IV, e ao art. 68 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao Decreto Federal nº 7.746/2012, deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade, quando tecnicamente viáveis:

- Preferência por produtos fabricados com matérias-primas renováveis, recicláveis ou de baixo impacto ambiental;
- Materiais têxteis produzidos com menor uso de agrotóxicos ou com certificação socioambiental (preferencialmente);
- Embalagens com menor volume de plástico não reciclável e com indicação de descarte adequado;
- Itens cosméticos e de higiene isentos de substâncias proibidas pela ANVISA e de parabenos em concentrações acima dos limites regulatórios;
- Fornecedores em situação regular junto ao IBAMA e demais órgãos ambientais competentes;
- Preferência por empresas que adotem práticas de responsabilidade social, ambiental e trabalhista.

10. RISCOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

RISCO	IMPACTO / PROBABILIDADE	MEDIDA DE MITIGAÇÃO
Ausência de fornecedores aptos a fornecer o lote completo	Médio / Médio	Pesquisa prévia de mercado; possibilidade de divisão por grupo de itens no TR
Variação de preços entre a pesquisa e a licitação	Baixo / Médio	Atualização dos preços de referência antes da publicação do edital
Entrega de itens em desconformidade com as especificações	Médio / Baixo	Fiscalização rigorosa no recebimento e penalidades previstas em contrato
Indisponibilidade orçamentária no exercício	Baixo / Baixo	Emissão de Nota de Reserva Orçamentária antes do início do processo
Demanda superior à estimada (superação do quantitativo)	Médio / Médio	Adoção do SRP com cláusula de acréscimo de até 25% (art. 125, Lei 14.133/2021)

11. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Sugere-se que o prazo de vigência do instrumento contratual seja de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, caso adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP. O prazo para entrega de cada parcela será definido no Termo de Referência, observando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após cada Ordem de Fornecimento emitida pela SEMAS.

12. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pela SEMAS mediante Portaria específica, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021. Caberá ao fiscal do contrato:

- Verificar a conformidade dos itens entregues com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora;
- Atestar as Notas Fiscais/Faturas e autorizar os respectivos pagamentos;
- Registrar em Relatório de Fiscalização as ocorrências, inconformidades e providências adotadas;
- Controlar os quantitativos entregues e o saldo remanescente do contrato ou ata de registro de preços;
- Solicitar a substituição de itens não conformes dentro do prazo estabelecido em contrato;
- Manter arquivo físico e digital organizado com toda a documentação do contrato.

13. RESULTADOS ESPERADOS E IMPACTOS SOCIAIS

- Atendimento de 300 (trezentas) mães hipossuficientes com todos os itens necessários para o cuidado do recém-nascido;
- Redução da vulnerabilidade social de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza no município;
- Garantia do direito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana;
- Fortalecimento do vínculo familiar e da proteção integral à criança na primeira infância;
- Cumprimento das metas do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e dos compromissos do SUAS;
- Contribuição para os indicadores do Índice de Gestão Descentralizada – IGDSUAS e IGDPBF;


- Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 1, 2, 3 e 10 da Agenda 2030 da ONU.

14. DECLARAÇÃO E ASSINATURAS

Declaro que as informações prestadas neste Documento de Formalização de Demanda são verdadeiras, completas e suficientes para a caracterização do objeto da contratação, em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e com as orientações dos órgãos de controle (TCU, CGU e AGU), e que há necessidade real e justificada para a referida aquisição, com previsão orçamentária para sua cobertura.

Santo Antônio do Tauá – PA, 23 de abril de 2026


ANA CAROLINA OLIVEIRA DE FREITAS
SETOR DE COMPRAS


LILIANE LIMA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 008/2025